



**Auditoria ao Município do Barreiro**  
**Controlo do Programa de Apoio à Economia Local**  
**Resposta ao Relatório n.º 2016 / 1879**  
**Conclusões e Recomendações**

Tendo o Município do Barreiro recebido o relatório final acerca da Auditoria efetuada pela Inspeção Geral de Finanças ao cumprimento do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), vimos por este meio informar a Inspeção Geral de Finanças sobre as recomendações efetuadas, assim como, dar conhecimento que este relatório foi submetido para conhecimento a todos os membros da Câmara Municipal, tendo sido, igualmente, remetida cópia para a Assembleia Municipal.



## **Introdução**

À data do presente relatório, importa realçar que, fruto das condições criadas ao longo dos últimos anos e, principalmente após o recurso ao PAEL, o Município do Barreiro, procedeu à amortização antecipada deste empréstimo, por recurso a um empréstimo de substituição junto do Banco BPI (contrato assinado em 10-03-2016 e visado pelo Tribunal de Contas em 16-11-2016), em condições mais vantajosas do que permitiu uma poupança de juros, estimada, superior a € 100.000,00, pelo que, não se encontra abrangido pelas regras previstas no Plano de Ajustamento Financeiro constantes no PAEL.

De igual forma e, mais uma vez, resultado da situação financeira do Município do Barreiro, foi comunicado à DGAL, uma vez que, estavam cumpridos os pressupostos definidos no n.º 5 do artigo 82.º da Lei 114/2017 de 29 de dezembro – Lei Orçamento de Estado 2018, a não aplicabilidade, a este Município, da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e do Decreto – Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, ambos na sua redação atual, situação que se mantém para 2019, por via do n.º 5 do art.º 88.º da Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro – Lei de Orçamento de Estado para 2019.

No entanto, é intenção deste Município, manter o rigor, na construção dos documentos previsionais (conforma se pode verificar pela execução de 2018 – execução de 91% na receita e 77,25% na despesa), o que permitiu, uma redução do passivo, uma redução do prazo médio de pagamentos e, a obtenção de um saldo de gerência global (€ 8.277.290) que permite fazer face às dívidas de curto prazo no final de 2018 (€ 5.714.388).

Na construção do orçamento para 2019, o rigor na previsão das receitas foi mantido, tendo sido, apenas consideradas, para além do previsto nas regras previsionais do POCAL, receitas com elevado grau de probabilidade da sua cobrança.

Com este rigor, temos a certeza que, conseguimos garantir um equilíbrio duradouro das contas do Município.



Nos pontos seguintes, apresentaremos uma síntese da evolução das principais componentes financeiras e patrimoniais do Município do Barreiro, assim como, um ponto de situação sobre o estado das conclusões e recomendações apresentadas no relatório.

## Evolução da situação financeira e patrimonial do Município do Barreiro

### Equilíbrio orçamental

No final de 2018, o Município do Barreiro cumpriu com os limites do equilíbrio orçamental, como se prova pelo quadro abaixo.

Equilíbrios orçamentais	2018	Cumprimento	Enunciado da regra	Fonte
Receita total / Despesa total	117,43%	sim	O orçamento prevê recursos necessários para cobrir todas as despesas	POCAL e RFALEI
Receita corrente / Despesa corrente	128,21%	sim	As receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes	POCAL
Receita corrente bruta / (Despesa corrente + Amortização média empréstimos de médio e longo prazo)	120,35%	sim	A receita corrente bruta cobrada, deve ser, pelo menos, igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo	RFALEI

### Prazo médio de pagamentos

O prazo médio de pagamentos a fornecedores, tem vindo a ser reduzido de forma sistemática ao longo dos últimos anos.

No final de 2018, o prazo médio de pagamentos a fornecedores é de 19 dias, inferior em 8 dias ao observado no final de 2017, ou seja, uma redução de 29,63 %.

No final de 2018 estavam liquidadas as faturas emitidas no decurso do mês de Novembro desse ano. Esta periodicidade de pagamentos, tem-se mantido até aos dias de hoje.

Indicador	2016	2017	2018	Crescimento 2017 / 2018	
				Valor	%
				Unid: n.º de dias	
Prazo médio de pagamentos	33	27	19	-8	-29,63%



## Evolução da execução da receita

O rigor com que os orçamentos têm vindo a ser efetuados, resultaram numa forte execução da receita, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

O cumprimento das regras estabelecidas no POCAL em conjunto com uma análise rigorosa da probabilidade de cobrança efetiva, resulta em orçamentos muito mais próximos da realidade e com maior percentagem de forte realização, inviabilizando, por outro lado que sejam, efetuadas despesas sem que o seu pagamento esteja devidamente assegurado.

Este é um caminho continuaremos a seguir.

Unid: Euros

Descrição	2016		2017		2018			Tx. Cresc. (3/1)-1
	Cobrança	Tx. Exec.	Cobrança (1)	Tx. Exec.	Previsão (2)	Cobrança (3)	Tx. Exec. (3/2)	
Receita corrente	38.112.536	94,11%	38.988.525	92,45%	39.554.480	40.405.128	102,15%	3,63%
Receita de capital	13.632.992	82,98%	1.612.069	17,89%	11.954.287	5.989.363	50,10%	271,53%
Outras receitas	40.693	398,95%	1.270	4,18%	20.000	106	0,53%	-91,66%
Saldo gerência ano anterior	1.852.649	100,00%	3.073.529	100,00%	3.733.095	3.733.095	100,00%	21,46%
<b>Total geral</b>	<b>53.638.870</b>	<b>91,24%</b>	<b>43.675.394</b>	<b>80,45%</b>	<b>55.261.862</b>	<b>50.127.692</b>	<b>90,71%</b>	<b>14,77%</b>
<b>Total s/ Saldo gerência</b>	<b>51.786.221</b>	<b>90,96%</b>	<b>40.601.865</b>	<b>79,28%</b>	<b>51.528.767</b>	<b>46.394.597</b>	<b>90,04%</b>	<b>14,27%</b>

## Evolução da execução da despesa

A despesa tem atingido elevados graus de execução, fruto da maior disponibilidade financeira do Município.

Esta execução, tem permitido, reduzir os compromissos assumidos e não pagos para o ano seguinte e, tendo mesmo em 2018, este montante, sido inferior ao saldo de gerência.

Unid: Euros

Descrição	2016		2017		2018			Tx. Exec.	Tx. Cresc.	
	Pagamento	Tx. Exec.	Pagamento (1)	Tx. Exec.	Dotação (2)	Cabimento (3)	Compromisso (4)			Pagamento (5)
Despesa corrente	31.491.790	95,76%	29.453.406	92,51%	34.380.070	32.649.623	32.504.301	31.514.991	91,67%	7,00%
Despesa de capital	19.073.551	73,64%	10.488.893	46,72%	20.881.792	16.189.401	15.740.052	11.172.757	53,50%	6,52%
<b>Total geral</b>	<b>50.565.341</b>	<b>86,01%</b>	<b>39.942.299</b>	<b>73,57%</b>	<b>55.261.862</b>	<b>48.839.025</b>	<b>48.244.353</b>	<b>42.687.748</b>	<b>77,25%</b>	<b>6,87%</b>

### Evolução do saldo de gerência

Conforme se pode verificar pelo quadro abaixo, o saldo da gerência, tem vindo a apresentar uma evolução muito positiva.

O saldo de 2018, foi superior aos compromissos assumidos e não pagos para 2019 assim como, às dívidas de curto prazo registadas no balanço o que, permitiria a sua integral liquidação e ainda, libertaria meios para novas liquidações.

Unid: Euros

	2016	2017	2018
<b>Execução orçamental</b>	3.073.528,71	3.733.095,09	7.439.943,70
<b>Operações de tesouraria</b>	600.090,73	595.822,22	837.346,63
<b>Total</b>	<b>3.673.619,44</b>	<b>4.328.917,31</b>	<b>8.277.290,33</b>

## Evolução do Balanço

Unid: Euros

Código de Contas	Activo	2016	2017	2018	Crescimento 2017 / 2018	
					Valor	%
<b>Imobilizado</b>						
45	Bens de domínio público	8.344.637	9.491.407	9.135.553	-355.855	-3,75%
43	Imobilizações incorpóreas	48.951	16.359	1.270	-15.089	-92,24%
42	Imobilizações corpóreas	93.048.225	91.632.741	93.155.190	1.522.450	1,66%
44	Imobilizado em curso	673.415	2.436.594	3.004.625	568.032	23,31%
41	Investimentos financeiros	4.507.566	3.893.167	3.893.167	0	0,00%
	<b>Total Imobilizado Líquido</b>	<b>106.622.794</b>	<b>107.470.267</b>	<b>109.189.805</b>	<b>1.719.537</b>	<b>1,60%</b>
<b>Circulante</b>						
<b>Existências</b>						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	326.346	205.042	236.590	31.547	15,39%
<b>Dívidas de terceiros-C/P</b>						
21	Clientes, contribuintes e utentes	1.085.904	1.155.199	1.159.300	4.100	0,35%
24	Estado e outros entes públicos	333.882	437.243	554.773	117.530	26,88%
26	Outros devedores	33.013	30.228	8.032	-22.196	-73,43%
	<b>Total das Dívidas de Terceiros</b>	<b>1.452.799</b>	<b>1.622.670</b>	<b>1.722.104</b>	<b>99.434</b>	<b>6,13%</b>
<b>Dep. instit. financeiras e caixa</b>						
18	Outras Aplicações de Tesouraria				0	0,00%
15	Títulos Negociáveis	39.412	39.845	39.103	-742	-1,86%
12	Depósitos em instituições financeiras	3.555.404	4.263.672	8.215.547	3.951.875	92,69%
11	Caixa	70.024	17.053	13.551	-3.502	-20,54%
	<b>Total das Disponibilidades</b>	<b>3.664.840</b>	<b>4.320.571</b>	<b>8.268.202</b>	<b>3.947.631</b>	<b>91,37%</b>
	<b>Total do Activo Circulante</b>	<b>5.443.985</b>	<b>6.148.283</b>	<b>10.226.896</b>	<b>4.078.612</b>	<b>66,34%</b>
<b>Acréscimos e diferimentos</b>						
27	Acréscimos e diferimentos	16.607.541	16.634.440	16.823.905	189.465	1,14%
	<b>Total Activo Líquido</b>	<b>128.674.320</b>	<b>130.252.990</b>	<b>136.240.605</b>	<b>5.987.615</b>	<b>4,60%</b>
<b>Fundos Próprios</b>						
51	Património	79.630.322	82.703.320	87.691.492	4.988.173	6,03%
57	Reservas	2.175.771	2.463.588	2.715.888	252.300	10,24%
59	Resultados transitados	3.072.998	4.988.173	4.793.700	-194.472	-3,90%
88	Resultado líquido exercício	5.756.333	5.046.000	6.767.941	1.721.941	34,12%
	<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>90.635.424</b>	<b>95.201.081</b>	<b>101.969.022</b>	<b>6.767.941</b>	<b>7,11%</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Dívidas a terceiros - M/L</b>						
23	Dívidas a instituições de crédito	14.669.183	12.814.074	13.147.869	333.795	2,60%
2613	Fornecedores de imobilizado - Leasing	593.537	740.071	690.247	-49.824	-6,73%
227	Fornecedores c/c médio e longo prazo	424.333			0	0,00%
268	Outros credores de médio e longo prazo	983.038	184.319	61.440	-122.880	-66,67%
	<b>Total de Dívidas a Terceiros - M/L</b>	<b>16.670.091</b>	<b>13.738.464</b>	<b>13.899.555</b>	<b>161.091</b>	<b>1,17%</b>
<b>Dívidas a terceiros - C/P</b>						
2311	Empréstimos de curto prazo	2.238.437	2.090.394	1.927.830	-162.564	-7,78%
221	Fornecedores c/c	811.827	621.515	200.256	-421.259	-67,78%
228	Fornecedores - faturas em receção e conferência	981.589	1.601.476	1.023.954	-577.522	-36,06%
21	Clientes	0	0		0	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	149.108	468.757	118.271	-350.486	-74,77%
24	Estado e outros entes públicos	438.599	427.649	424.510	-3.138	-0,73%
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	1.400.647	1.378.920	1.526.187	147.267	10,68%
2612	Fornecedores Leasing c/p	200.600	265.888	366.420	100.532	37,81%
2614	Fornecedores de imobilizado - factoring	109.534	28.224		-28.224	-100,00%
2618	Fornecedores imobilizado - faturas em receção e conferência	43.921	242.859	126.959	-115.900	-47,72%
	<b>Total de Dívidas a Terceiros - C/P</b>	<b>6.374.263</b>	<b>7.125.682</b>	<b>5.714.388</b>	<b>-1.411.294</b>	<b>-19,81%</b>
<b>Acréscimos e diferimentos</b>						
27	Acréscimos e diferimentos	14.994.543	14.187.764	14.657.640	469.876	3,31%
	<b>Total do Passivo</b>	<b>38.038.896</b>	<b>35.051.909</b>	<b>34.271.583</b>	<b>-780.327</b>	<b>-2,23%</b>
	<b>Total dos Fundos Próprios e do Passivo</b>	<b>128.674.320</b>	<b>130.252.990</b>	<b>136.240.605</b>	<b>5.987.615</b>	<b>4,60%</b>

Como se pode verificar, no final de 2018, o balanço valorizou-se em 4,60 % face ao ano anterior.

Desta evolução, importa realçar o reforço das disponibilidades e a diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo, o que vem comprovar o atrás descrito.

## Evolução da demonstração de resultados

Unid: Euros

Código de Contas	Designação Custos e Perdas	2016	2017	2018	Crescimento 2017 / 2018	
					Valor	%
61	Custo merc. Vend.materias consumidas	466.579,88	294.159,59	398.271,14	104.112	35,39%
62	Fornecimentos e serviços externos	11.573.599,99	12.192.317,71	12.898.489,93	706.172	5,79%
63	Transf. e subs. corr. conc. e prest. sociais	2.537.657,00	2.460.220,46	2.781.176,91	320.956	13,05%
64	Custos c/ pessoal	14.672.947,18	15.056.982,83	15.780.524,45	723.542	4,81%
65	Outros custos e perdas operacionais	186.317,76	302.820,47	382.761,26	79.941	26,40%
66	Amortizações do exercício	3.469.399,52	3.529.853,22	3.671.054,61	141.201	4,00%
67	Provisões do exercício	153.646,40	152.250,55	234.877,92	82.627	54,27%
<b>( A )</b>		<b>33.060.147,73</b>	<b>33.988.604,83</b>	<b>36.147.156,22</b>	<b>2.158.551</b>	<b>6,35%</b>
68	Custos e perdas financeiras	466.507,52	293.940,65	282.782,10	-11.159	-3,80%
<b>( C )</b>		<b>33.526.655,25</b>	<b>34.282.545,48</b>	<b>36.429.938,32</b>	<b>2.147.393</b>	<b>6,26%</b>
69	Custos e perdas extraordinárias	1.158.133,32	1.248.210,99	1.510.216,32	262.005	20,99%
<b>( E )</b>		<b>34.684.788,57</b>	<b>35.530.756,47</b>	<b>37.940.154,64</b>	2.409.398	6,78%
<b>88</b>	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>5.756.333,37</b>	<b>5.046.000,43</b>	<b>6.767.941,29</b>	<b>1.721.941</b>	<b>34,12%</b>
<b>Total</b>		<b>40.441.121,94</b>	<b>40.576.756,90</b>	<b>44.708.095,93</b>	<b>4.131.339</b>	<b>10,18%</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>						
711	Vendas	2.235.195,26	1.934.307,06	1.759.802,49	-174.505	-9,02%
712	Prestações de serviços	5.444.412,68	5.921.435,73	6.045.438,33	124.003	2,09%
72	Impostos e taxas	19.446.004,20	19.642.170,93	19.993.889,58	351.719	1,79%
73	Proveitos suplementares	59.254,26	42.485,18	27.805,64	-14.680	-34,55%
74	Transferências e subsídios obtidos	10.336.052,77	11.220.333,88	11.567.046,91	346.713	3,09%
75	Trabalhos para a própria entidade	26.460,15	0,00	0	0	0,00%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.068.540,37	1.052.074,04	1.063.503,24	11.429	1,09%
<b>( B )</b>		<b>38.615.919,69</b>	<b>39.812.806,82</b>	<b>40.457.486,19</b>	<b>644.679</b>	<b>1,62%</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros	315.711,54	41.758,83	6.041,97	-35.717	-85,53%
<b>( D )</b>		<b>38.931.631,23</b>	<b>39.854.565,65</b>	<b>40.463.528,16</b>	<b>608.963</b>	<b>1,53%</b>
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.509.490,71	722.191,25	4.244.567,77	3.522.377	487,73%
<b>( F )</b>		<b>40.441.121,94</b>	<b>40.576.756,90</b>	<b>44.708.095,93</b>	<b>4.131.339</b>	<b>10,18%</b>
	<b>Resultados Operacionais ( B ) - ( A )</b>	<b>5.555.771,96</b>	<b>5.824.201,99</b>	<b>4.310.329,97</b>	<b>-1.513.872</b>	<b>-25,99%</b>
	<b>Resultados Financeiros ( D - B ) - ( C - A )</b>	<b>-150.795,98</b>	<b>-252.181,82</b>	<b>-276.740,13</b>	<b>-24.558</b>	<b>-9,74%</b>
	<b>Resultados Correntes ( D ) - ( C )</b>	<b>5.404.975,98</b>	<b>5.572.020,17</b>	<b>4.033.589,84</b>	<b>-1.538.430</b>	<b>-27,61%</b>
	<b>Resultado líquido do exercício ( F ) - ( E )</b>	<b>5.756.333,37</b>	<b>5.046.000,43</b>	<b>6.767.941,29</b>	<b>1.721.941</b>	<b>34,12%</b>

De igual forma, o resultado líquido tem, ao longo dos anos, apresentado valores positivos, tendo aumentado 34,12% de 2017 para 2018.



## Evolução da dívida total

Unid: Euros

Descrição	2016	2017	2018
<b>1 Limite da dívida total</b>	<b>64.228.447</b>	<b>65.362.632</b>	<b>65.457.820</b>
2 Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	23.044.353	20.864.146	19.613.943
3 SM + AM + SEL + Entidades participadas	4.368.421	4.378.521	4.389.600
<b>4 Dívida total (4) =(2)+(3)</b>	<b>27.412.774</b>	<b>25.242.667</b>	<b>24.003.543</b>
5 Dívidas não orçamentais	1.394.840	1.390.877	1.632.401
6 FAM	1.228.798	368.640	184.319
<b>7 Dívida total excluindo dívidas não orçamentais e FAM (7)=(4)-(5)-(6)</b>	<b>24.789.137</b>	<b>23.483.151</b>	<b>22.186.823</b>
8 Margem absoluta (8) = (1) - (7)	39.439.310	41.879.481	43.270.997
9 Dívida a 01-01	27.311.126	24.790.874	23.480.023
<b>10 Variação da dívida (10) =[(8)/(7)]-1</b>	<b>-9,23%</b>	<b>-5,28%</b>	<b>-5,51%</b>
<b>11 Margem de endividamento utilizável a 31-12 (10) = 20% [(1) - (9)]+[(9) - (7)]</b>	<b>9.905.454</b>	<b>9.422.075</b>	<b>9.688.760</b>

Como se pode verificar, o Município do Barreiro, tem vindo a cumprir com os limites da dívida total, dispondo ainda, de uma margem de endividamento bastante razoável.

## Rácios de apoio à gestão

<b>1 - Autofinanciamento</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Resultado Líquido do Exercício	5.756.333	5.046.000	6.767.941
Amortizações do Exercício	3.469.400	3.529.853	3.671.055
Provisões do exercício	153.646	152.251	234.878
<b>Total do Autofinanciamento</b>	<b>9.379.379</b>	<b>8.728.104</b>	<b>10.673.874</b>

<b>2 - Autonomia Financeira</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Capital Próprio / Activo Líquido Total	70,44%	73,09%	74,84%

<b>3 - Cobertura do Imobilizado</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Recursos Estáveis / Activo Imobilizado Bruto	101,69%	104,08%	105,60%

<b>4 - Taxa de Endividamento</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Capitais Alheios de Curto Prazo / Recursos Próprios	5,08%	5,35%	4,01%

<b>5 - Coeficiente Activo Bruto Total / Recursos Próprios</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Activo Bruto Total / Recursos Próprios	132,04%	128,15%	119,70%

<b>6 - Liquidez Geral</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
(Disponibilidades + Dívidas de Terceiros C/P + Existências) / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	85,41%	86,28%	178,97%

<b>7 - Liquidez Reduzida</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
(Disponibilidades + Títulos Negociáveis ) / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	57,49%	60,63%	144,69%

  

<b>8 - Cobertura do Passivo</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Fundos Próprios / Passivo Total	238,27%	271,60%	297,53%

De forma global, os rácios apresentam uma evolução muito positiva ao longo dos anos.



## Recomendações e conclusões

### Grau de cumprimento / implementação

#### Quadro resumo

Conclusão / Recomendação	Cumpriu	Não cumpriu	Em desenvolvimento
C1 / R1	X		
C2 / R2	X		
C3 / R3	X		
C4 / R4	X		
C5 / R5			X
C6 / R5			

#### Justificação

##### C1 / R1

Conforme mencionado no relatório (vide pág. 24/40), “*Pode afirmar-se, que foi cumprido, em termos substanciais e segundo uma perspetiva integrada, o objetivo global a que o MB se vinculou com a adesão ao PAEL, não obstante a persistência de resultados negativos em algumas medidas.*”, o Município do Barreiro tem vindo ao longo dos tempos a adotar medidas que visam o seu equilíbrio.

Tal é demonstrado pela evolução orçamental atrás apresentada que reflete o rigor com que os últimos documentos previsionais foram construídos.



Este rigor, inviabiliza, situações de derrapagem orçamental, logo, permite uma situação financeira equilibrada, como atrás se demonstrou, quer pelo aumento do saldo da gerência, quer pela redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, quer pelo reforço do equilíbrio orçamental.

## **C2 / R2**

Em anexo à presente resposta, seguem posição dos compromissos para os anos seguintes registados em 2016, 2017 e 2018, onde é possível aferir que o Município do Barreiro, tem vindo a registar de forma sistemática os compromissos assumidos com repercussões nos anos seguintes de modo a que, em cada momento, seja possível aferir dos montantes que já estão cativos em exercícios futuros.

Relativamente às variações patrimoniais, estão registados nas contas de acréscimos apenas faturas que ai devam estar, estando as faturas com data do ano em apreço, registadas nas contas de fornecedores conta corrente ou em conferência se tal for o caso.

Tal pode ser comprovado pelo aumento do saldo da conta 228 – faturas conta corrente em receção e conferência, no balanço, que sofreu um aumento significativo de 2016 para 2017.

A redução verificada para 2018, deve-se ao facto do Município ter reduzido o prazo de pagamentos pelo que, apenas consta desta rubrica, principalmente, faturas do mês de Dezembro.

## **C3 / R3**

O Município do Barreiro tem vindo a efetuar um controlo rigoroso da dívida de médio e longo prazo.



A assunção de nova dívida, tem sido efetuada em função de outra que termine, de modo a que, o serviço da dívida não sofra acréscimos consideráveis e seja enquadrável no princípio do equilíbrio orçamental.

Aliada à dinâmica de uma gestão autárquica, surgem muitas vezes a necessidade de se efetuarem novos investimentos que poderão ser financiados quer por fundos comunitários quer por empréstimos bancários de médio e longo prazo, quer por ambos.

No entanto, sempre que se afigura necessário o recurso ao financiamento bancário, é avaliado o impacto do respetivo empréstimo no serviço da dívida e, se o mesmo não implica dificuldades no seu pagamento (Independentemente do mesmo ser ou não excluído da margem de endividamento).

Para melhor exemplificar o que afirmamos, junto anexamos mapa onde estão refletidos todos os empréstimos municipais e a previsão do serviço da dívida para o longo prazo.

Se excluirmos os empréstimos para aquisição dos 60 autocarros a gás natural e do posto de abastecimento dos mesmos, cuja responsabilidade do pagamento do serviço da dívida respetivo é dos Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro, verifica-se uma redução efetiva do serviço da dívida da Câmara Municipal do Barreiro.

#### **C4 / R4**

Conforme se comprova pelos valores abaixo apresentados, o saldo real de operações orçamentais tem vindo a ser cada vez mais equilibrado, tendo atingido um valor positivo, considerável, no final de 2018.

### Saldos reais de operações orçamentais

Descrição	2016	2017	2018
Saldo final de operações orçamentais	3.073.529	3.733.095	7.433.944
Outras dívidas a terceiros originariamente de CP transitadas (excepto OT)	4.979.423	5.734.805	4.081.987
<b>Diferença</b>	<b>-1.905.894</b>	<b>-2.001.710</b>	<b>3.351.957</b>

O prazo médio de pagamentos no final de 2016 era de 33 dias, no final de 2017 de 27 dias e no final de 2018 de 19 dias.

Ao longo dos anos, temos vindo a reduzir de forma sistemática, fruto do rigor implementado, o prazo médio de pagamentos a fornecedores.

Indicador	2016	2017	2018	Crescimento 2017 / 2018	
				Unid: n.º de dias	
				Valor	%
Prazo médio de pagamentos	33	27	19	-8	-29,63%

Resultado da redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, os juros de mora a pagar têm vindo a reduzir de forma muito significativa.

De 2016 para 2017, a sua redução foi de € 123.548 e de 2017 para 2018, foi de € 10.524.

Os valores pagos em 2017 e 2018, referem-se, em grande parte, ao acordo para liquidação da dívida à Simarsul, que se encontra concluído desde dezembro de 2018.



Unid: Euros

	2016	2017	2018
Juros de mora pagos	145.710	22.162	11.638

Importa, igualmente, realçar que está em desenvolvimento a revisão da tabela de taxas e tarifas do Município, de modo a torná-la mais atual e permitir um aumento do investimento privado no Concelho, permitindo, por esta via, um aumento dos valores a cobrar de impostos indiretos e taxas.

De igual modo, o Município do Barreiro, acionou, em 2018, uma garantia bancária que se encontrava na posse do Banco Santander e que era devida já há alguns anos, no valor de € 2.279.000, valor acrescido de € 563.951,82 a título de indemnização pelos anos em que o valor esteve para ser regularizado.

Pelos dados acima apresentados, podemos aferir que estão cumpridos os pressupostos enunciados na recomendação.

### **C5 / R5 e C6 / R5**

O sistema de controlo interno conforme definido no ponto 2.9 do POCAL, compreende, entre outros, o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo.

Foi publicado em 09 de julho de 2018 o Regulamento de Organização dos Serviços do Município do Barreiro, o que constitui a peça inicial da reformulação do Sistema de Controlo Interno.

Atualmente, encontra-se em desenvolvimento a Norma de Controlo Interno e o PGRCIC, para adaptação dos mesmos à nova orgânica e ao novo Sistema Contabilístico – SNC-AP – que apenas entra em vigor a 1 de janeiro de 2020, data prevista para a atualização do Sistema de Controlo Interno.





## **Conclusão**

Apesar da situação descrita e das recomendações enunciadas, o relatório, reflete, igualmente, uma melhoria da situação financeira do Município do Barreiro, em parte, fruto do recurso ao PAEL, mas, principalmente, por via das medidas tomadas.

Como referido em sede de contraditório, se a análise se prolongasse por períodos seguintes, verificar-se-ia uma melhoria substancial da situação financeira do Município do Barreiro.

Na resposta que aqui apresentamos, julgamos, ter conseguido demonstrar, que a situação financeira melhorou de forma muito significativa, sendo atualmente estável e equilibrada.

Demonstrámos, igualmente, que as recomendações, estão praticamente todas implementadas, conforme os resultados aqui apresentados.

Apesar de não estarmos sujeitos, quer ao Plano de Ajustamento Financeiro, quer à LCPA, queremos continuar este caminho.

Pretendemos continuar a honrar os nossos compromissos e manter as contas do Município do Barreiro equilibradas.

Asseguraremos que os orçamentos continuarão a ser construídos de forma equilibrada e rigorosa e que a política de investimento prevista continuará a ser concretizada sem colocar em causa a estabilidade financeira da autarquia.

Foi difícil chegar até aqui mas, uma vez cá chegados, não nos resta alternativa a não ser continuar a trilhá-lo de forma segura e sem sobressaltos.